

Mercado, que mercado?

Ao contrário do que afirma o Ministro da Fazenda, o que está em jogo não é a participação da iniciativa privada no ensino, mas o próprio destino do País, a cuja juventude se impõe o dilema perverso de optar entre uma escola particular espoliativa e uma escola pública escassa e ruim. Ou não será espoliativa uma escola que reajusta seu preço em 400% em dois meses? Tem toda razão o Poder Judiciário ao determinar o retorno ao controle das mensalidades escolares. Quem se estabeleceu nesse ramo há de ter consciência de que o ensino é um serviço público e é com essa visão que terá de ser administrado.

O Ministro incorre também em equívoco ao sugerir uma “solução de mercado” para a questão das mensalidades escolares. Por solução de mercado entende ele que os inconformados se retirem, isto é, quem não pode pagar deverá procurar outra escola. Acaso há mercado no País? Esta é a pergunta-resposta que se deve dar a tal observação. Evidentemente não há mercado na área do ensino. De um lado está o cartel de escolas particulares, de outro está uma estrutura pública insuficiente e deteriorada na sua qualidade pedagógica. Não há mercado no ensino como não há mercado em qualquer outro segmento da atividade econômica. Onde não ocorre a interferência deformadora do poder público, ocorre a distorção causada por cartéis e monopólios. Só não vê quem não quer.

O ensino é dever do Estado, como dicta a Constituição. A solução está, portanto, em cumprir-se a Constituição. Se o

Governo investir no estabelecimento de uma rede pública de ensino suficiente para atender a demanda e se investir também na modernização e no aperfeiçoamento da sua qualidade pedagógica, restaurando-se a dignidade, a disciplina e a eficiência dos velhos liceus do passado, com certeza o problema das mensalidades escolares se tornará irrelevante. Aí, sim, se poderá sugerir que se retirem os incomodados.

Sugerimos ao Ministro da Fazenda que observe o modelo americano de gestão da escola particular. Na maior economia de mercado do mundo, as comunidades e as escolas se reúnem para decidir a respeito de tudo — do preço, da estrutura curricular, da qualidade do corpo docente e até dos programas extracurriculares. Lá, sim, a escola é um serviço público a serviço do público.

O argumento utilizado pelo Ministro da Fazenda para justificar aumentos de 400% nas mensalidades escolares — o de que os salários dos professores tiveram esse aumento — revela desconhecimento das planilhas de custo da escola. O peso da remuneração do corpo docente na composição de custos absolutamente não justifica tomar-se esse índice para a recomposição das mensalidades. Ele não é irrelevante, mas está longe de ser preponderante. *

A Justiça Federal agiu corretamente ao reinstituir o controle. Infelizmente, o sistema particular de ensino não está amadurecido ainda para tomar sozinho as suas próprias rédeas.